

Fala Defensoria



Defensoria
Pública
BAHIA

A REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Maio de 2017



A Defensoria vai até o cidadão

FALA DEFENSOR



“Se você quer chegar rápido, vá sozinho. Se você quer chegar longe, vá acompanhado.” Ao longo dos últimos 2 anos pude constatar o quanto tem de verdade nesse provérbio africano. Juntos, defensores públicos, servidores e estagiários, conseguimos, antes de fechar dois anos de gestão, fortalecer a missão institucional da Defensoria Pública de defender os direitos individuais e coletivos dos vulneráveis, de forma integral e gratuita, a fim de contribuir para a garantia da dignidade das pessoas.

Estamos cada vez mais próximos da população. Estamos nas Bases Comunitárias de Segurança na capital e no interior, levando a ação “Defensoria Cidadã Itinerante” à população; estamos nas itinerâncias por todo o Estado; e inauguramos a primeira Unidade Móvel de Atendimento, cujo serviço vai beneficiar milhares de baianos e baianas que vivem em comarcas onde a Defensoria Pública não pode, ainda, estar presente.

Mais quatro unidades no interior do Estado foram inauguradas, somando 11 em todo o período de gestão. Ganharam novas sedes neste ano Vitória da Conquista, Serrinha, Valença e Simões Filho. Na capital estamos investindo na criação de mais uma unidade no Jardim Baiano, que possibilitará melhor atendimento à população. As obras avançam com o objetivo de que em 2017 tenhamos esta unidade concretizada.

Após 10 meses de trabalho das nossas equipes de Pessoal, Modernização e Informática e Diretoria Geral conseguimos concluir o processo que nos permitiu rodar a própria Folha de Pagamento - uma conquista histórica!

Mesmo em cenário de crise política e econômica, exercendo a autonomia da Defensoria Pública, lançamos o edital de abertura do VII Concurso Público para a seleção de defensores públicos. A nossa parte sempre será feita para que a Emenda Constitucional 80 não fique apenas no papel. Como queremos defensores públicos vocacionados, dispostos a trabalhar com afinco pela população baiana, deixamos claro no edital o perfil de profissionais que esperamos e a coerência do nosso discurso com a nossa prática na defesa dos grupos sociais alvos de preconceitos. O concurso já foi homologado e vamos buscar viabilizar as nomeações dos aprovados.

A Bahia e o Brasil tomaram conhecimento do lançamento exitoso da nossa série Júri Simulado: Releitura do Direito na História, em novembro de 2016, que promoveu o julgamento inédito de Luíza Mahin por acusações contra a coroa portuguesa, representada brilhantemente pela atriz Valdineia Soriano e com participação não menos brilhante de nossos defensores representando o tripé da Justiça: defesa, acusação e julgamento.

Anos difíceis vêm pela frente, mas as dificuldades fazem com que nos reinventemos e tentemos buscar forças para fazer melhor, com mais efetividade para o cidadão, que é o que nos move. No entanto, o momento é de celebrar. Mesmo nesse turbilhão que vive o país a Defensoria da Bahia conseguiu muitos avanços com o esforço de todos nós.

Conseguimos investimentos na área de Tecnologia, culminando com a videoconferência que liga nossas seis regionais à Escola Superior e ao Conselho Superior; na área de transportes conseguimos antecipar o planejamento estratégico em várias áreas. Nós, da Defensoria Pública, sabemos o quanto é difícil administrar uma instituição que tem que mostrar sua essencialidade todos os dias.

Mas, podemos lutar felizes e confiantes. A nossa prática demonstra ser possível acreditar que a cada nascer do sol do 2 de julho, ele brilhará mais que no primeiro. Estamos longe do destino final, mas no caminho certo! Avante Defensoria!

Clériston Cavalcante de Macêdo
Defensor Público Geral do Estado da Bahia

FALA INSTITUIÇÃO

Com sol ou chuva a Defensoria Pública vai até o cidadão baiano

Ao longo de 2016 a Defensoria Pública do Estado da Bahia desenvolveu atividades na capital e no interior objetivando a efetivação dos direitos dos cidadãos e cidadãs que vivem em situação de vulnerabilidade. Os atendimentos ultrapassaram os espaços fixos dos gabinetes das diversas unidades da Defensoria e se estabeleceram de forma itinerante pelos bairros de Salvador e por outras comarcas onde a Defensoria não está presente com defensores públicos, ainda.

O filho da aposentada Eulina Lima, moradora de Periperi em Salvador, é pai de uma jovem de 17 anos e pagava todo mês pensão alimentícia para a filha. Acontece que, após uma crise convulsiva, ele perdeu o emprego e não tem mais como arcar com o valor. Em Porto Seguro, o mestre de obras aposentado Afreu Medina, de 67 anos, notou que havia uma cobrança indevida na conta de luz da sua casa. Vindo de uma média de 40 reais mensais, Afreu foi surpreendido com uma conta no valor de 637 reais. Já o auxiliar de serviços gerais, Alex Alcântara, de 33 anos, não vê os filhos há mais de três anos e quer resolver a situação com a ex-mulher.

Essas são as histórias de Eulina, de Afreu e de Alex, mas que também podem ser as histórias de João, de Maria e de outros milhares de



Primeiro atendimento da Unidade Móvel, em Periperi

cidadãs e cidadãos baianos que precisam de orientações e atendimento jurídico gratuito da Defensoria Pública do Estado da Bahia - DPE/BA por todo o Estado.

Pensando nisso, desde 2015, a Defensoria baiana vem ampliando por todo o Estado o acesso da população aos serviços prestados. Ao invés de as pessoas se deslocarem até as unidades de atendimento, defensores públicos, servidores e estagiários da instituição vão até a comunidade onde elas moram. Seja no Oeste do Estado, no Extremo Sul da Bahia, ou no Norte a intenção é possibilitar o acesso à justiça, com um desfecho feliz, para todas as histórias dessas pessoas. Faça sol ou faça chuva.





Unidade Móvel de Atendimento

Em dezembro de 2016, a Unidade Móvel de Atendimento da Defensoria Pública foi inaugurada no Centro Administrativo em Salvador com o propósito de levar os serviços essenciais oferecidos pela instituição ao maior número de pessoas em todo o Estado da Bahia. Ainda no mesmo mês, em dezembro, defensores públicos, servidores e estagiários realizaram o primeiro atendimento à população em Periperi, na Praça da Revolução, quando mais

de 130 pessoas puderam receber orientações e assistência jurídica gratuita, apesar da forte chuva que atingiu Salvador no dia.

Um calendário para o deslocamento da Unidade está sendo montado com o apoio das Coordenações Executivas das Especializadas e das Regionais da Defensoria, tendo como prioridade levar o atendimento da Defensoria baiana às cidades do interior onde não tem defensor público.



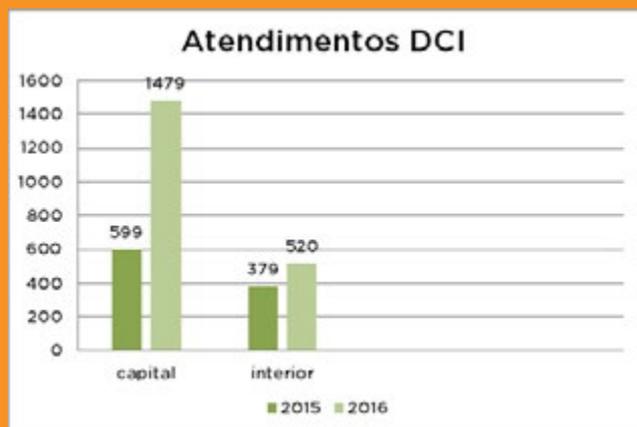
Acessibilidade

Adaptada em um caminhão baú de cerca de nove metros, a nova unidade dispõe de três gabinetes e garante a acessibilidade de pessoas com dificuldade de locomoção por meio de elevador específico. Em apoio à Unidade Móvel, a Defensoria Pública também investiu em uma tenda inflável de 25 m², que possibilita o trabalho da equipe de triagem.

Atendimento Itinerante cresce 140%

Com a ação Defensoria Cidadã Itinerante, somente em 2016, mais de 1.400 pessoas foram atendidas em Salvador, nos bairros de Santa Cruz, bairro da Paz, Uruguai, Rio Sena, Fazenda Coutos e São Caetano. Nesses locais, a população pôde ter acesso a todos os serviços oferecidos pela Defensoria Estadual nas áreas de Família, Criminal, Infância e Juventude, Idoso, Cível, Consumidor, proteção aos Direitos Humanos e Curadoria. Na prática, foram demandas como ações de alimentos, investigação de paternidade, divórcio, usucapião, retificação de registro de nascimento e casamento, além de pedidos de medicação, exames e cirurgias que puderam ser resolvidas sem a necessidade de o cidadão sair das proximidades de casa.

Os números de 2016 mostram um acréscimo em mais de 140% em relação aos atendimentos no ano anterior, quando a ação foi iniciada pela Defensoria baiana, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública.



A coordenadora executiva da capital, Gianna Gerbasi, afirma que está conseguindo estimular os defensores públicos a realizar seu trabalho mais próximo do cidadão, sendo o aumento dos números reflexo desse trabalho. “Quando iniciamos em 2015, havia certa desconfiança em relação a uma parcela da sociedade e dos próprios defensores quanto ao atendimento nas Bases Comunitárias de Segurança. Com o tempo todos perceberam que somos uma institui-



ção independente, que chegou nas Bases para mostrar ao cidadão que todos têm o direito a ter assistência jurídica gratuita e que todas as instituições devem se fazer presente para fortalecer os direitos das pessoas mais vulneráveis”, explicou Gianna.

Em 2015, foram atendidos em Salvador os bairros Rio Sena, Calabar e Nordeste de Amaralina. Dessa forma a Defensoria procura demonstrar que a melhor política de segurança é garantir os direitos sociais.

Opinião



Foto: SECOM

Para o professor e sociólogo Cezar Lisboa, coordenador do Comitê Executivo do Pacto Pela Vida, a Defensoria Pública nos últimos dois anos teve a ousadia de se reencontrar com sua vocação de manter um diálogo mais

direto e constante com o seu público, formado, sobretudo, pela população mais fragilizada. “A Coordenação do Pacto Pela Vida reconhece essa parceria de um dos seus mais ativos componentes. O dinamismo da Defensoria, visitando e atuando nas Bases Comunitárias de Segurança, marca a sua disposição de se colocar a serviço daqueles que mais necessitam”, disse Cezar.



DCI Porto Seguro - Comarca recebeu pela primeira vez a ação na Base Comunitária de Segurança

Itinerâncias pelo interior

As comunidades das cidades no interior onde tem Base Comunitária de Segurança também voltaram a ser visitadas pela equipe de defensores públicos, servidores e estagiários. A Defensoria Cidadã Itinerante retornou a Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna em 2016. E pela primeira vez foi para Porto Seguro.

O coordenador executivo das Regionais, Walter Fonseca Jr., destaca que a ação promoveu uma maior aproximação da população com a Defensoria Pública, possibilitando não só a resolução das demandas, como também o acesso do cidadão aos conhecimentos de seus direitos por meio de palestras e rodas de conversas realizadas durante o evento. “Isso, sem dúvida alguma, estimula e fortalece a noção de cidadania e, conseqüentemente, impulsiona a transformação social. Por outro lado, esse tipo de trabalho itinerante também possibili-

ta ao defensor público vivenciar um pouco da realidade social da população, dentro da sua própria comunidade”, avaliou.

Além das ações Defensoria Cidadã Itinerante e da Unidade Móvel de Atendimento, a Defensoria baiana vem realizando diversas atividades itinerantes no interior do Estado. São bairros e municípios distantes das unidades defensoriais, ou até mesmo onde não há defensor público para atender a demanda, que recebem os serviços da Defensoria Estadual. Cidades como Saubara, Mutuípe, Aratuípe, Salinas da Margarida, Sobradinho e Santa Bárbara foram visitadas em 2016 para orientações e assistência jurídica gratuita.

De acordo com Walter Fonseca, as perspectivas para 2017 também são promissoras com a aquisição da Unidade Móvel. “Deveremos intensificar nossas ações itinerantes no Interior, devendo ultrapassar os quase 4.000 atendimentos realizados entre 2015 e 2016”, assegurou.



DCI Vitória da Conquista



DCI Itabuna



DCI Feira de Santana

Fala Defensoria



DCI Santa Cruz - Salvador



DCI São Caetano - Salvador



DCI Bairro da Paz - Salvador



DCI Uruguaí - Salvador



DCI Fazenda Coutos - Salvador

Cidadãos de 29 comarcas deram contribuição ao orçamento 2017



Conferência Pública Irecê

A proposta de ouvir a população sobre as ações em que a Defensoria Pública do Estado deve investir mais, iniciada em 2015 com seis conferências, foi tão bem aceita pela população que a Administração Superior da DPE decidiu ampliar em 2016. De março a maio, outra maratona de conferências públicas foi realizada. Dessa vez, em todas as 29 comarcas onde a Defensoria Pública está presente.

Em cada cidade os participantes ouviram os defensores sobre as áreas em que a Instituição já atua e opinaram através de questionários sobre quais áreas de atuação a DPE deve priorizar para o orçamento de 2017. O questionário também foi disponibilizado virtualmente, através de consulta pública nas redes sociais e site da Defensoria - www.defensoria.ba.def.br.

PRIORIDADE DA SITUAÇÃO DA DEFENSORIA, CONFORME SOCIEDADE CIVIL	
GERAL - Ampliar o acesso da população à Defensoria Pública	22.0 %
DIREITOS HUMANOS - Ampliar serviços especializados ou implementar /ampliar/cobrar políticas	20.9 %
CRIANÇA E ADOLESCENTE - Atuar em favor da criança e do adolescente vítima de violência sexual	22.2 %
CÍVEL - Atuar nos problemas relacionados à negativa de acesso a saúde da rede pública e privada (através de planos de saúde)	20.7 %
DEFESA CRIMINAL - Fomentar a educação em direitos em matérias e assuntos ligados ao Direito Penal e sobre todo e qualquer assunto relacionado à defesa e proteção da mulher	20.7 %

Demandas começam a ser atendidas

Algumas demandas já foram efetivadas antes de 2016 acabar. Um grupo de trabalho interinstitucional para cobrar a implementação de políticas públicas para os usuários de álcool e outras drogas em Barreiras foi constituído pela Defensoria baiana, após a demanda ter sido apontada pela comunidade durante a Conferência Pública para o Orçamento Participativo, em março de 2016.

De acordo com a defensora pública Valéria Teixeira, na Conferência Pública a sociedade civil apontou a ausência do Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas - CAPS AD na cidade de Barreiras, de outros equipamentos de saúde e de assistência social que permitam abordar o problema da dependência de substância psicoativa sob uma perspectiva de saúde pública e de uma política de redução de danos. Na ocasião, foi deliberado pelas pessoas presentes a constituição de um grupo de trabalho para tratar da questão.

Em Feira de Santana, muitos participantes pediram para que o exitoso projeto de atendimento à população de rua da Defensoria Pública - o Pop Rua, fosse implantado no município. Assim, o Encontro do Grupo de Estudos de População de Rua, que acontece mensalmente em Salvador, foi realizado em Feira de Santana pela primeira vez com o tema “LGBT em Situação de Rua”. O evento foi uma parceria com o Movimento de População de Rua, com o objetivo de proporcionar um aprendizado atualizado sobre a população LGBT em situação de rua, abordando também questões pertinentes ao assunto, como a estigmatização e o preconceito.

Em Valença, uma das principais reivindicações era que a Defensoria tivesse uma sede, com mais espaço. A sede com três gabinetes foi viabilizada e inaugurada em novembro de 2016, proporcionando melhor infraestrutura de atendimento para defensores, servidores e estagiários da DPE, como para os assistidos.



Conferência Pública Santo Amaro



Conferência Pública Barreiras



Conferência Pública Guanambi



Conferência Pública Itabuna



Conferência Pública Juazeiro



Conferência Pública Feira de Santana



Conferência Pública Iheus



Conferência Pública Jequié



Conferência Pública Valença

Fala Defensoria



Conferência Pública Vitória da Conquista



Conferência Pública Paulo Afonso



Conferência Pública Porto Seguro



Conferência Pública Salvador



Conferência Pública Senhor do Bonfim

Investimento na transversalidade amplia benefícios aos cidadãos



Dialogar com outras entidades de maneira multidimensional em prol de ações que estimulem a cidadania, inclusão social, garantia dos direitos de cada cidadão, redução de conflitos, entre outros, é um dos objetivos da Defensoria baiana. Para isso, a instituição tem buscado dispor de uma visão integrada e multifacetada que possibilita um desempenho mais eficaz e uma assistência cada vez mais completa à população.

Muitas parcerias foram firmadas com outros Poderes, com defensorias de outros estados, além da Defensoria Pública da União – DPU. A partir de outubro de 2016, por exemplo, a DPE e a DPU passaram a atender de forma conjunta a população em situação de rua. A proposta é prestar assistência integral aos assistidos. Também foi estabelecida cooperação para que os defensores federais possam fazer itinerância tendo como base as sedes das nossas unidades nas comarcas do Interior, levando assistência jurídica no âmbito federal à população vulnerável. A primeira foi em Santo Antônio de Jesus, sede da 6ª Regional da Defensoria, onde foi viabilizado o atendimento em ações relacionadas à Previdência Social.

A parceria entre as defensorias públicas tem sido estimulada pelo Colégio Nacional dos De-

fensores Públicos Gerais – Condege, permitindo compartilhamentos de práticas exitosas, de tecnologias e até de espaços físicos necessários para efetivação das demandas dos assistidos. Em dezembro de 2016, a DPE/BA assinou Termo de Cooperação Técnica com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, estabelecendo mútua cooperação com o objetivo de conjugar esforços para instalação, manutenção, uso comum de espaço e funcionamento dos Núcleos de Atuação nos Tribunais Superiores.

O espaço em questão, será mantido pelas Defensorias da Bahia e Minas Gerais em Brasília e as despesas serão distribuídas entre os dois órgãos devendo a estrutura física ser compartilhada pelos Defensores de ambas as instituições. Também foram firmadas parcerias com as Defensorias de Alagoas e Ceará.

“É mais um passo para assegurar a defesa integral do assistido, desde o 1º grau até a instância superior, (o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça)”, declarou o defensor-geral da Bahia, Clériston Cavalcante de Macêdo, ressaltando ainda a obrigação dos gestores públicos na restrição dos custos, o que ocorrerá com o compartilhamento das instalações.

Conheça as parcerias firmadas em 2016

BRDESCO SAÚDE - Termo para canal direto de comunicação, viabilizando a resolução extrajudicial de potenciais demandas de saúde

CDL, MP/BA, TJ/BA e SJDHDS - cidadão superendividado

CREA-BA - Resolução de conflitos de vizinhança

DETRAN - Solucionar extrajudicialmente os conflitos e evitar a judicialização

DPE/AL - Cessão de licença do Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos

DPE/CE - Cessão do Código de Fonte do Sistema de Pensão Alimentícia - SIPA

DPE/MG - Atuação em Tribunais Superiores

DPU - Atendimento na esfera federal da Justiça

GAPA - Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia - realização de atendimento jurídico na lo-

calidade de Ilha de Maré, na cidade de Salvador.

PROCON E SJDHDS - Solução de conflitos

PROJETO AXÉ - Caracterização das situações de vulnerabilidade vividas pela população em situação de rua na cidade de Salvador/BA através de pesquisa-ação de diagnóstico quantitativo e qualitativo da referida população, bem como a realização de seminário para a divulgação dos resultados da pesquisa-ação.

SENACON - Ações judiciais na Bahia

SINFITO/BA - atendimentos em ações comunitárias itinerantes da Defensoria

SULAMÉRICA - Renovação de termo para canal direto de comunicação, viabilizando a resolução extrajudicial de potenciais demandas de saúde

UFBA - Câmara Modelo do Observatório da Pacificação Social

Apoio ao cidadão superendividado

Como o endividamento está cada vez mais presente no País, a Defensoria Pública assinou Termo de Cooperação Técnica - TCT para promover troca de conhecimento e informações em casos de apoio ao cidadão que está nesta situação. Firmaram este compromisso com a DPE o Ministério Público do Estado da Bahia, o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS e a Câmara de Dirigentes de Lojistas - CDL.

As instituições conjugaram esforços para tratar o superendividamento através de agendamento eletrônico e atendimento do cidadão agendado no Juizado Especial Cível de Apoio ao Superendividado, localizado no campus do Centro Universitário Jorge Amado, na Paralela. Conforme o documento os órgãos deverão realizar anualmente de 250 a 500 atendimentos cada.

Também com o objetivo de dar assistência nas relações de consumo, foi renovado o TCT da Defensoria Pública do Estado da Bahia com a Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado - SJDHDS e o Programa de Proteção e Orientação ao Consumidor



- Procon. A partir dele, a DPE poderá acessar o cadastro de reclamações fundamentadas e trabalhar em conjunto com o PROCON para viabilizar canais de solução adequada dos conflitos, bem como identificar demandas coletivas.

“A principal diretriz da subcoordenação da Especializada Cível e de Fazenda Pública é fomentar as práticas de resolução adequada dos conflitos, em todas as suas áreas de atuação”, explicou o subcoordenador Gil Braga.

Ação extrajudicial de conflitos na Saúde



Câmara de conciliação foi inaugurada em Novembro

Possibilitar a mediação, a conciliação e, consequentemente, dar efetividade de atendimento ao cidadão na área de Saúde. Para isso, a Defensoria Pública do Estado da Bahia vem trabalhando a atuação extrajudicial a fim de aumentar a resolução das demandas de saúde sem a necessidade de ingressar com ações na Justiça.

Em novembro, a instituição passou a integrar a Câmara de Conciliação de Saúde cujo objetivo é evitar novas ações judiciais na área de Saúde, por meio das conciliações pré-processuais, a partir de esforço concentrado de instituições públicas. Além da Defensoria Pública, a Câmara é formada pelas secretarias estadual e municipal (Salvador) de Saúde, Tribunal de Justiça, Ministério Público e outros órgãos públicos. Conterá também com parceria entre a Defensoria Pública Estadual e a da União, o que, na visão do defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macêdo, é o diferencial da Câmara em relação a outras ações adotadas em

vários Estados. “Os medicamentos que não estiverem previstos na Anvisa, na lista do Sistema Único de Saúde, serão buscados pela DPU junto ao Ministério da Saúde”, ressaltou, acrescentando que o que as defensorias querem é dar efetividade de atendimento ao cidadão.

São dois defensores públicos, dois servidores e dois estagiários que estão atuando na Câmara de Conciliação de Saúde. Membro do Núcleo de Saúde da DPE, a defensora pública Paula Almeida aponta que a conciliação colabora ainda para a saúde orçamentária do Estado e das demais entidades envolvidas nas demandas de saúde. “Temos a visão que a tendência é a mediação, que nós estamos protagonizando. Esse é o início da mediação da saúde de forma ampla, que vai viabilizar a maior resolutividade extrajudicial das demandas de saúde e o menor impacto judicial”, avaliou Paula. Também atua na Câmara o defensor público Renato Elias.

Ouvidoria Cidadã contribui para maior acesso da sociedade aos serviços da DPE



Esdep lota para Audiência sobre discursos negros

A Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública da Bahia encarou inúmeros desafios em 2016, diante de uma conjuntura política que botou à prova o país, na sua capacidade de manutenção de um projeto democrático, de avanços e de ampliação de acesso da sociedade aos serviços, que envolve todas as instituições, os movimentos e as demais forças da sociedade.

Um dos trabalhos mais importantes da Ouvidoria Cidadã se deu no campo de advocacia pelo fortalecimento da Defensoria Pública da Bahia, no sentido de garantir a sua ampliação, buscando a possibilidade de abrir caminhos concretos para a realização de seu primeiro concurso de servidores/as.

Na avaliação da ouvidora Vilma Reis, a participação da Ouvidoria em ações como o Curso de Defensores/as Populares, com a subcoordenação de Direitos Humanos na Ilha de Maré, em parceria com o GAPA - Bahia, foi uma das mais bonitas e fortes, por tudo que representa para cada ativista do Movimento de Mulheres, Quilombolas ou de Pescadores/as.

Grupo Operativo, expressão do campo de consulta da sociedade civil junto a Ouvidoria cidadã da DPE-BA, está sendo renovado, com audiências públicas e eleições em todas os municípios onde a Defensoria está presente.

Além disso, o fortalecimento da relação da Ouvidoria com os conselhos de direitos do Estado está no centro das questões futuras relacionadas à garantia de direitos da população com a ampliação do acesso à justiça. É com todos esses movimentos sociais juntos que a Ouvidoria está mobilizada para ir à Assembleia Legislativa pela aprovação da lei orgânica da Defensoria, garantindo assim a ampliação dos serviços da Instituição.

O Conselho Nacional das Ouvidorias das Defensorias Públicas, de acordo com Vilma Reis, também foi uma importante trincheira de lutas e mobilizações e foi desta forma que ouvidores e ouvidoras fomentaram, em todo país, a criação de novas Ouvidorias nas DPEs, dialogando pela criação deste canal de interlocução com a sociedade na Defensoria Pública da União e em outros entes do sistema de justiça. “Entendemos que ampliar o acesso à justiça é uma das formas de enfrentar a exclusão, especialmente nos eixos que se entrecruzam raça, gênero e pobreza”, explicou a ouvidora.

Em 2016 a Ouvidoria Cidadã realizou 1.356 atendimentos, inclusos 780 pedidos de Informações, 190 solicitações, 150 reclamações, além de acionamentos que não geram demanda (Outros) com 38 registros. Tais demandas são recebidas via presencial, email ou telefone.

Foi registrada como situação frequente ocorrida no exercício 2016 a solicitação de Defensor para algumas varas que não há designação de titular ou em cidades onde não há defensoria pública instalada.

Ação Cidadã Sou Pai Responsável



Mais de sete mil famílias beneficiadas em 2016

Há quase dez anos, por meio da Ação Cidadã Sou Pai Responsável, a Defensoria Pública da Bahia realiza exames de DNA gratuitos para comprovação de paternidade e regularização da certidão de nascimento do filho. Em 2016, 7.476 mil famílias foram atendidas pela instituição e dos exames que foram abertos, 69,15% deram positivos. São nestes casos em que a Ação Cidadã Sou Pai Responsável atua para além da garantia da inclusão do nome do pai no registro civil do filho. A Defensoria Pública busca estimular a conscientização dos pais sobre a importância da presença, do carinho, do afeto, do amor, dos conselhos e tudo o que uma relação próxima entre pai e filho pode proporcionar.

Desde 2007, crianças, adolescentes e adultos que não possuem o nome do pai no registro de nascimento podem procurar a Defensoria Pública para fazer o exame de DNA gratuito. A cada ano a campanha de intensificação acontece durante o mês de agosto (comemoração ao Dia dos Pais) com o apadrinhamento de uma pessoa de destaque na sociedade, na área artística

ou desportiva. Na edição 2016 os padrinhos foram os atletas de futebol Fernando Miguel, goleiro do Vitória, e Feijão, meio-campo do Bahia. Os interessados em fazer os exames, contudo, podem procurar a qualquer época do ano comarcas onde a Defensoria Pública está presente para realizar esse tipo de atendimento.

Assim foi o caso de Antônio Carlos, suposto pai de um menino de 2 anos, que foi acompanhar a estudante Manuela Maria, de 19 anos, para a realização do exame de DNA durante ação da Defensoria Pública na Base Comunitária de Segurança do Uruguai. Caso o resultado seja positivo, ele garante o que muda na sua vida: “terei mais compromisso e responsabilidade”.

As instruções sobre como ser um pai responsável vieram da defensora pública Cristina Ulm, que salientou que ser um bom genitor vai além de colocar o nome na certidão de nascimento. “O nome é o primeiro ato. É preciso criar um vínculo afetivo também. É importante a figura paterna na vida do filho, na educação, participando na vida e no crescimento do filho”, orientou.

Lei estadual reforça ação de paternidade

A Lei 13.577/2016, chamada “Lei da Paternidade Responsável”, de autoria da deputada Luiza Maia (PT) promulgada em 14/09/2016 será um grande reforço na Ação Cidadã Sou Pai Responsável da Defensoria. Ela obriga os oficiais de registro civil das pessoas naturais do Estado a remeterem mensalmente à unidade da Defensoria Pública existente em sua circunscrição, relação por escrito dos registros de nascimento,

lavrados em seus cartórios, em que não conste a identificação de paternidade.

Segundo o IBGE, 5,5 milhões de brasileiros em idade escolar não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Essa nova Lei obriga que sejam comunicados os nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública, para assegurar a assistência material e também chamar os pais para a responsabilidade da criação.

O que é preciso para fazer o exame de DNA pela Defensoria?

Certidão de nascimento sem nenhum registro de qualquer pai, a identidade e o comprovante de residência da mãe e do suposto pai são os documentos necessários para quem for buscar o atendimento da Ação Cidadã Sou Pai Responsável. Para crianças e adolescentes até 18 anos, a presença da mãe ou responsável é necessária. Já para a realização do teste, é preciso apenas coletar a saliva da boca, que acontece de forma rápida, simples e indolor.

Depois da coleta do material, mães e possíveis pais são convidados a comparecer à Defensoria

para, juntos, presenciarem a abertura do resultado do exame. Se confirmada a paternidade, os responsáveis são orientados pela Instituição a entrar em um acordo quanto à inclusão do nome do pai no registro civil e quanto às ações decorrentes desta - pensão alimentícia, guarda, averbação do registro, entre outras.

Além da assistência jurídica, uma equipe multidisciplinar formada por psicólogos e assistentes sociais trabalham com as partes envolvidas, a fim de que sejam sanados conflitos que afetam a estrutura familiar.



Campanha 2016 teve como padrinhos o goleiro do Vitória, Fernando Miguel e o meio-campo do Bahia, Feijão.

Além das fronteiras

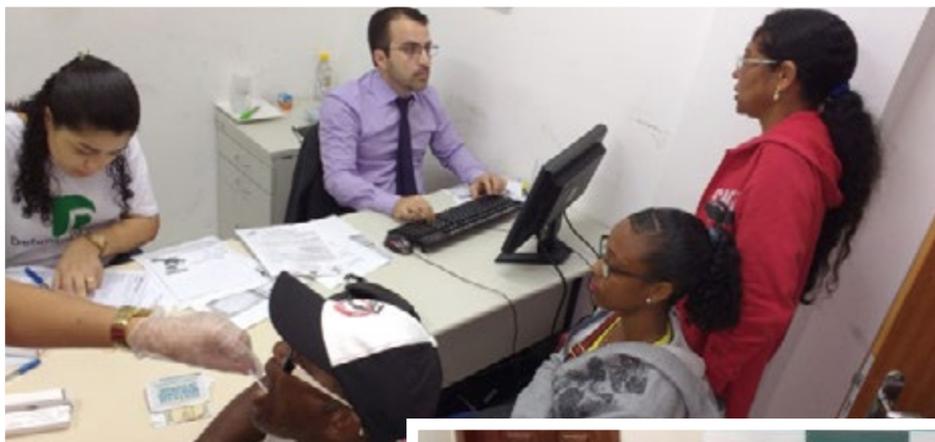
A Ação Cidadã Sou Pai Responsável foi além da capital e dos municípios do interior do Estado nos quais a Defensoria Pública da Bahia está presente. A atividade alcançou comarcas que não tem, ainda, defensores públicos, beneficiando diversas famílias.

Nazaré, Aratuípe, Sapeaçu e Cruz das Almas foram localidades que puderam contar com a assistência através da itinerância promovida pela equipe da 6ª Regional sediada em Santo Antônio de Jesus. Para o subcoordenador desta Regional, Marcio Marcilio, o reconhecimento da paternidade possibilita a criação de uma relação de afeto entre pai e filho.

Já em Sobradinho, a equipe da 5ª Regional - Juazeiro realizou 30 atendimentos, entre negatório de paternidade e ação de alimentos, além de nove coletas para exame. O defensor público Tarcísio de Macêdo salientou a importância da ação e como ela pode contribuir para

a solução de conflitos em relações familiares. “A realização do exame de DNA, através da Defensoria Pública, possibilita tirar uma dúvida que seria carregada por toda uma vida. Agradeço imensamente a contribuição para a nossa comunidade”, reconhece.

No município de Santa Bárbara, localizado a 31 km de Feira de Santana, a população também pôde acessar a assistência prestada pela DPE/BA por meio da atuação itinerante. Lá, com o auxílio da equipe da 1ª Regional - Feira de Santana, outras 25 famílias puderam acabar com a dúvida sobre paternidade. “A extensão das atividades da Defensoria Pública da Bahia além dos limites das nossas unidades preconiza o nosso alcance e relevância, levando dignidade e cidadania para uma população já acostumada com o abandono e indiferença do Estado”, afirmou o subcoordenador da 1ª Regional, Marcelo Rocha.



Ação Pai Responsável em Santa Bárbara



Ação Pai Responsável em Sobradinho

Defensoria contribui com criação de Associação de Coletores de Resíduos

Além dos avanços realizados na área de atendimento, itinerâncias e ações extrajudiciais, a Defensoria Pública tem buscado, com ações diretas, se aproximar cada vez mais dos seus assistidos, levando até eles educação em direitos e prestando auxílio em soluções que os beneficiem. Exemplo disto foi a atuação em Vitória da Conquista, sede da 2ª Regional da DPE, com orientação jurídica para a fundação da Associação de Coletores de Resíduos Sólidos, integrada por 20 famílias cujo sustento é retirado da coleta de materiais recicláveis.

Em maio de 2016 foi discutido e votado o projeto de estatuto social e eleitos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria da Associação de Coletores de Resíduos Sólidos. “A associação foi criada para que as famílias que trabalham com coleta de produtos recicláveis e resíduos sólidos possam ter condições dignas de sobrevivência e melhores condições de trabalho”, explicou a defensora pública Kaliany Ribeiro,



acrescentando que a medida potencializará e aperfeiçoará o trabalho dos coletores, estimulará um aumento na quantidade de material reaproveitado e um incremento na renda das famílias que, em sua maioria, são assistidas pela Defensoria.

A iniciativa é um desdobramento do Projeto “Mãos Que Reciclam”, apresentado à Prefeitura Municipal pelos representantes da 2ª Regional no início de 2016, com o objetivo fomentar a coleta seletiva simplificada e humanizada de resíduos sólidos através da conscientização. De acordo com o subcoordenador da 2ª Regional, Lúdio Bonfim, não é raro se deparar no município com coletores, inclusive crianças, revirando os sacos de lixo acumulados nos condomínios e residências, especialmente aqueles existentes nos bairros privilegiados da cidade.



Parceria com CRAS

Em Ilhéus, sede da 3ª Regional, além de manter uma parceria com a equipe do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, a Defensoria também se aproximou das equipes do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Defensoras públicas, estagiários de direito e nível médio, bacharel em direito e psicóloga estiveram presentes no CAPS II do município, onde reafirmaram o compromisso da Instituição de fortalecer o atendimento em rede e contribuir com ações tanto extrajudiciais quanto judiciais, quando não houver possibilidades de acordo.

DPE forma defensoras populares e multiplica educação em direitos



Primeiras defensoras populares formadas pela ESDEP

Elas são 22 mulheres de diferentes comunidades de Salvador capacitadas para conhecer os seus direitos, saber vindicá-los e aplicá-los nas suas comunidades. São atendentes de call center, serralheiras, estudantes de Serviço Social, aposentadas, com idade de 20 a 60 anos, ou até mais. No entanto, elas todas possuem uma característica similar: são líderes nas localidades onde moram. Foram essas 22 mulheres orientadas pela Defensoria Pública da Bahia a serem agentes multiplicadoras de educação em direitos. Hoje, são 22 mulheres, líderes comunitárias, também conhecidas como defensoras populares.

Este projeto surgiu inicialmente na Defensoria Pública de São Paulo onde, por alguns anos, a Escola Superior paulista desenvolveu essa proposta de educação popular. Na Bahia, ao longo de um ano e três meses, essas cidadãs foram capacitadas, por meio do curso

“Defensoras Populares” promovido pela Escola Superior da Defensoria – Esdep, com módulos teóricos e práticos, em questões de gênero/raça, tipos de violência contra a mulher, além de orientações sobre como proceder nesses casos ou ajudar vítimas. Agora, elas sabem que violência contra a mulher não é física apenas, sabem a quem procurar nestes casos e o que fazer para direcionar outras vítimas.

Moradora dos Barris, a defensora popular Mary Jane Lopes, de 46 anos, sente-se mais segura para desempenhar a liderança no bairro. “Pude esclarecer muitas dúvidas e, agora em diante, espero colaborar mais com a sociedade. Eu já faço algumas reuniões com as mulheres da minha comunidade e indico o curso para que elas façam”, ressaltou ela, que se formou no dia 18 de outubro de 2016 ao lado de outras 21 mulheres durante solenidade no auditório da Esdep.

Iniciada em agosto de 2015, essa é a primeira

Fala Defensoria

turma de defensoras populares formada pela Esdep e, de acordo com a diretora, Firmiane Venâncio, já há uma lista de espera com mulheres interessadas na segunda edição. A Defensoria baiana escolheu capacitar líderes comunitárias, inicialmente, por um recorte justificado de gênero, no intuito de oferecer às participantes conhecimentos e poder que foram negados às mulheres durante séculos.

A expectativa é que em 2017 outras turmas sejam abertas com a reformulação dos módulos para abarcar mais conteúdos e atingir também mais pessoas. Com isso, o objetivo da Defensoria Pública baiana também é empoderar cidadãos acerca dos seus direitos para que sejam multiplicadores desses conhecimentos nos locais onde moram. O que para Lindinalva Santos, moradora da comunidade de Paripe e formada como defensora popular pelo curso, já pode acontecer. “Agora, com maiores conhecimentos, a gente vai multiplicar cada vez mais, socializar as ações da Defensoria e dos órgãos que nós sabemos que temos direito”, assegurou.

Temas abordados no curso

- Questão de gênero/ Os diferentes tipos de violência
- Gênero e raça
- Acesso à Justiça
- Divórcio, dissolução de união estável, bens, filhas e filhos. Quem e o que fica com quem? As mulheres em situação de rua e a violência
- Mediação popular
- Visitas a unidades judiciais de enfrentamento à violência contra a mulher



Ilha de maré

Vinte e quatro jovens residentes na Ilha de Maré também estão capacitados para serem defensores e defensoras populares em sua comunidade. De acordo com a subcoordenadora de Direitos Humanos, Eva Rodrigues, a parceria com o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia – GAPA, inicialmente uma cooperação técnica e política que visava prestar atendimento jurídico no local, sofreu modificações quando identificadas as deficiências e dificuldades por quais passava a comunidade. Para isso, tomou-se como base o Curso de Defensoras Populares realizado pela Defensoria, através da sua Escola Superior com ênfase em violência doméstica e empoderamento feminino. “ O curso é uma forma de propagação dos direitos do cidadão a partir de agentes membros da própria comunidade. Desta forma, eles educam uns aos outros e a nossa ação tem efeito a longo prazo “, explicou.



Formatura de defensores populares - Ilha de Maré

A pedagoga e coordenadora da Associação Beneficente Educacional e Cultural de Ilha de Maré, Celma Jesus de Souza, realiza um trabalho de educação e cidadania no local há 12 anos e foi uma importante parceira, não somente em ceder o espaço para realização das aulas, mas também na tarefa de fazer a ponte e atrair os jovens para o projeto. “Estamos carentes de tudo aqui. Nosso papel é oferecer a estes jovens ferramentas para que eles possam exigir e conquistar melhores condições de vida”, justificou.

Mais de 4 mil pessoas capacitadas



Estudantes de nível médio são capacitados para estágio

Elaborar e implementar programa de capacitação continuada é uma das 20 iniciativas prioritárias definidas no Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Criar e sustentar esses processos de aprendizagem são atribuições da Escola Superior - Esdep que, só em 2016, já possibilitou a capacitação presencial de mais de 4.000 pessoas, seja com cursos promovidos pela própria Escola ou custeados pelo Fundo de Assistência Judiciária da Defensoria Pública - FAJDPE/BA.

Desde 2015, os eventos realizados pela Escola podem ser assistidos pela internet, facilitando o acesso para aqueles que não puderem participar presencialmente. A partir de 2016 os cursos foram transmitidos ao vivo pelo canal Defensoria Bahia do Youtube. Nos vídeos dos cursos disponibilizados pela Esdep nesse canal foram registradas aproximadamente 2.500 visualizações.

A partir de 2017, os cursos poderão ser acompanhados através do sistema de videoconferência inaugurado em dezembro pela Defensoria Pública, conectando a Escola Superior e o Conselho Superior às sedes das seis

regionais da instituição.

Capacitações em temas como saúde pública, Novo Código de Processo Civil e mediação e arbitragem, por exemplo, puderam ser acessadas por defensores públicos, servidores e estagiários da Defensoria Estadual. Ao total, 70 eventos foram promovidos pela Escola Superior tanto para colaboradores quanto aberto também ao público externo. Já por meio do custeio de inscrições pelo FAJDPE/BA foram 20 eventos que beneficiaram mais de 170 pessoas com capacitação.

Entre os dados registrados de maior significância para a Instituição são destacados a implantação do Programa de Aquisição e Renovação Literária da Defensoria Pública do Estado da Bahia; implantação da Ferramenta de Pesquisa On-line (Magister Net), o Congresso de Defensores Públicos da Bahia, a formação de defensoras populares; discussões sobre raça e gênero. Também foi registrada maior participação da Sociedade Civil na Defensoria Pública, ampliação da formação continuada para estagiários de nível superior e maior oportunidade de cursos para os servidores.

Fala Defensoria



Sexta Jurídica



Novo CPC



Capacitação para estagiários Nível Médio Técnico



Curso de Libras



Congresso Estadual 2016

Grupos de Estudos promovem discussões com redes temáticas



Grupo Acolher se reuniu sempre nas últimas quarta-feiras de cada mês

Além de promover capacitação para o público interno, a Esdep busca também a interlocução da Defensoria Pública com o meio acadêmico e sociedade civil. Exemplo disso são os grupos de estudos da Equipe Multidisciplinar de Atendimento à População em Situação de Rua – Equipe Pop Rua, vinculada à Especializada de Direitos Humanos; e o Grupo Acolher, da Curadoria Especial da instituição.

Ao longo de 2016, foram realizados diversos encontros para discutir temas como trabalho informal e o cuidado com a família, rede de atendimento à população de rua, entre outros, com a participação de profissionais, acadêmicos, estudantes e sociedade civil. A proposta é compartilhar conhecimentos entre o meio jurídico, o acadêmico e a sociedade para uma atuação mais integral – com um olhar multidisciplinar – da DPE.



Encontros do GE Pop Rua aconteceram uma vez por mês em 2016

FALA GESTÃO

Defensoria melhora infraestrutura em suas unidades no interior

Após iniciar o processo de interiorização da Defensoria Pública da Bahia com a reabertura dos serviços em cinco comarcas – Amargosa, Barreiras, Brumado, Eunápolis e Irecê -, a instituição baiana segue no fortalecimento do atendimento ao cidadão no interior do Estado, com a inauguração de oito sedes próprias. Agora, as

comarcas de Lauro de Freitas, Teixeira de Freitas, Barreiras, Serrinha, Vitória da Conquista e Valença ganharam melhor infraestrutura, garantindo não só as condições mínimas necessárias para o trabalho dos defensores públicos, como também mais conforto para a população usuária dos serviços da DPE.



Inauguração nova sede de Vitória da Conquista

Atuação em comarcas é fortalecida

Além de reinstalar os serviços defensoriais em cinco comarcas, com a nomeação dos 13 defensores públicos em maio de 2015, foi possível reforçar a atuação da Defensoria Pública nas comarcas de Guanambi, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Serrinha, Juazeiro e Teixeira de Freitas, conforme prevê a Emenda Constitucional nº 80/2014 em relação à interiorização da Defensoria Pública.

Em Amargosa, após cinco anos sem defensor público, a cidade passou a contar com a reinstalação dos serviços da Defensoria no Fórum da comarca. Já na cidade de Irecê, a instituição



Reabertura Defensoria em Amargosa

também voltou a oferecer a assistência jurídica gratuita no SAC municipal.

Opinião

LAURO DE FREITAS

“Hoje, temos aqui um espaço digno para nos atender, é um passo importante na luta pelas desigualdades”

Sulle Nascimento, presidente do Conselho dos Direitos e Defesa das Mulheres de Lauro de Freitas.



VALENÇA

“Aqui, eles terão mais comodidade e mais privacidade, coisa que no Fórum eles não tinham, pois, a demanda é grande e as salas eram bem pequenas”

Carlos Vasconcelos, defensor público da comarca de Valença desde 1997



VITÓRIA DA CONQUISTA

“É uma nova etapa para todos nós, defensores públicos aqui de Vitória da Conquista, no sentido de aprimorar cada vez mais nosso trabalho e se dedicar mais a ele, sempre buscando o melhor atendimento possível para os nossos assistidos”

Lúdio Rodrigues Bonfim, subcoordenador da 2ª Regional em Vitória da Conquista.



BRUMADO



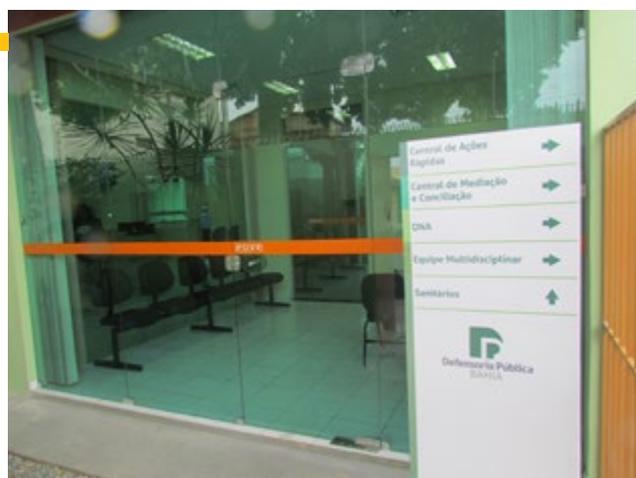
“Se tivemos a tristeza de assistir, após quase 20 anos, o serviço da Defensoria ser encerrado, hoje temos a felicidade e o regozijo em vê-la novamente aberta para a população de Brumado”

Weligton Lopes, representante da Comissão pela reinstalação da Defensoria Pública do Estado da Bahia - DPE/BA em Brumado.

TEIXEIRA DE FREITAS

“Esse espaço vai possibilitar aos nossos munícipes o acesso aos seus direitos, o acesso a serviços de qualidade, com dignidade, humanizados”

Tomires Barbosa Monteiro (Miro), presidente da Câmara Municipal de Teixeira de Freitas



BARREIRAS

“Hoje é um dia de festa para Barreiras por ser esta uma cidade que responde por uma agenda nas áreas de saúde, educação e promoção social. Há pessoas, por exemplo, que saem de Brasília para serem atendidas em hospitais daqui. A implantação da Defensoria não representa custos, mas sim, redução de custos e danos à população, através de suas áreas de atuação.”

Vilma Reis, socióloga e ouvidora geral da Defensoria Pública do Estado



SERRINHA

“É uma conquista muito grande não só da equipe de trabalho, mas também para o assistido. A Defensoria existe por conta do seu usuário, e nos incomodava ter que atender um grande número de pessoas em um espaço muito pequeno. Eu me sinto acolhido em Serrinha e é esse sentimento que desejo que os assistidos sintam ao vir na nova casa.”

Lucas Melo, defensor público da comarca de Serrinha



EUNÁPOLIS



“ A unidade de Eunápolis, assim como as das outras quatro comarcas que receberam defensor público, é uma vitória do povo baiano, fruto de uma política de gestão voltada para o interior do Estado. Isso não é só uma resposta e atendimento à determinação da emenda Constitucional 80, mas com o entendimento do defensor-geral de que é preciso interiorizar a Defensoria”

Walter Fonseca Nunes Junior, coordenador executivo das Regionais da Defensoria.



Salvador ganhará nova unidade

Na Capital, a Defensoria Pública adquiriu imóveis no Jardim Baiano para criação de uma nova unidade de atendimento. As obras continuam a pleno vapor com o objetivo de que sejam concluídas em 2017 e esteja disponível para defensores, servidores e, principalmente, para a população.

Investimento em comunicação



Em 2016 a comunicação institucional da Defensoria Pública seguiu a mesma linha adotada em 2015, com ações para os públicos externo e interno, ganhando ainda mais força nas redes sociais e na mídia.

Através do compartilhamento das notícias e de cards temáticos e comemorativos, a Fan Page Defensoria Bahia no Facebook alcançou mais de 2 milhões de usuários de 1º de janeiro a 20 de dezembro de 2016. Um crescimento de mais de 300% em relação a 2015.

Na avaliação da coordenadora de comunicação, Vanda Amorim, esse crescimento se deu pela criatividade da equipe da Ascom para produção dos cards, a utilização de recursos próprios da rede social, assim como a decisão da Administração Superior de investir, mesmo que com baixo valor, em patrocínio de duas campanhas no Facebook, rede social que tem o maior número de

usuários no Brasil: a Semana da Defensoria e a Ação Cidadã Sou Pai Responsável.

Os links para notícias no site institucional e os cards somaram, em 2016, 657 postagens, com uma média de duas ao dia. Em relação a 2015 o incremento nos posts foi de 42%. A dedicação da Ascom resultou no fechamento, no ano, de 13 mil pessoas curtindo a página institucional no Facebook. A rede social também é canal de educação e o vídeo institucional alcança, através dela, mais pessoas que somadas reuniões com a comunidade. Pelo menos 3 mil pessoas já visualizaram o vídeo ali compartilhado.

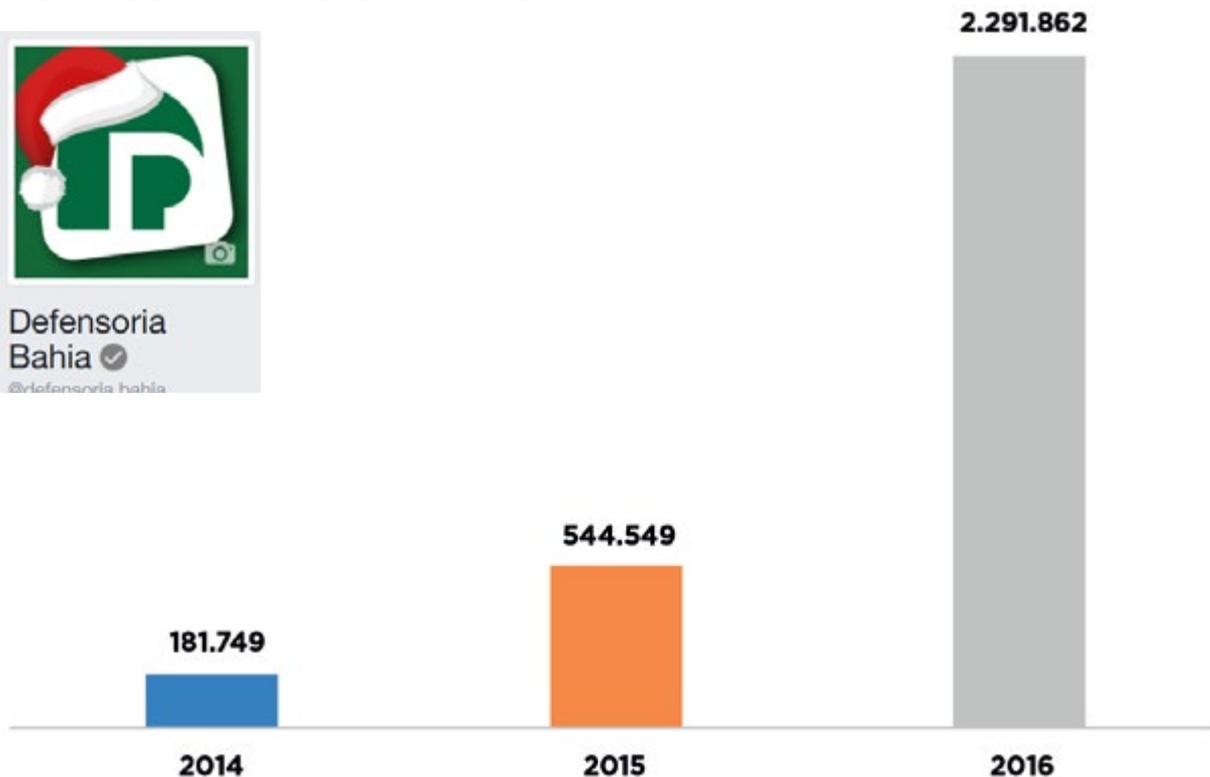
No Twitter, o desempenho também tem melhorado e a Ascom intenciona desenvolver campanha não paga para atrair novos seguidores também nesta rede. Todas as campanhas são desenvolvidas para os dois públicos.

Desde janeiro de 2016 a Defensoria adotou o

Flickr para a postagem das fotos de seus eventos, de forma a permitir que as pessoas que deles participam possam fazer rapidamente e com facilidade o download ou compartilhamento das

fotografias. Com mais de mil fotos postadas em 33 álbuns, o Flickr Defensoria Bahia já obteve cerca de 10 mil visualizações desde o primeiro álbum - Lavagem do Bonfim, em 2015.

Performance no Facebook



Alcance página Defensoria Bahia até 12/12/16

Interação Facebook

ANO	POSTS	LIKES	COMENTS	SHARES
2014	472	5.664	207	2.084
2015	462 (-2%)	10.196 (+80%)	519 (+151%)	3.869 (+86%)
2016	657 (+42%)	62.006 (+508%)	1.013 (+95%)	9.113 (+136%)



Relacionamento com a imprensa

A Ascom manteve a mesma média de releases produzidos em 2015, com 850 textos postados no site, com a quase totalidade encaminhados à imprensa da Capital e das comarcas onde a Defensoria está presente. Fruto desta produção, a DPE foi fonte de 155 entrevistas só na capital. “Como a instituição ainda não dispõe de um mecanismo profissional para a clipagens das notícias que gera, esse número é muito maior, principalmente levando-se em conta que nas comarcas os defensores públicos são bastante procurados pela imprensa para informar sobre a atuação da Defensoria”, explica a coordenadora da assessoria.

*Entrevista sobre
passe livre de
idosos, Rádio
Metrópole, Salvador*



*Coletiva para
apresentação do
Plantão Carnaval
2016, Salvador*

*Entrevista durante
inauguração da
sede de Teixeira
de Freitas*



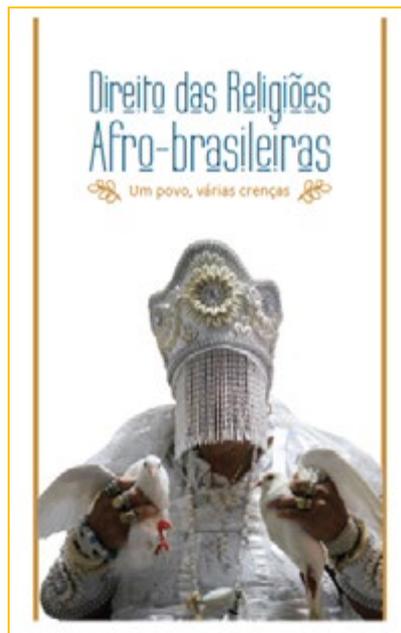
Comunicação Interna

Através do boletim eletrônico DPE Informa os defensores públicos, servidores e estagiários são informados semanalmente das atividades desenvolvidas não apenas pela Administração Superior, mas também por defensores e servidores. Em dezembro de 2016 totalizaram 84 edições, além da edição especial em janeiro, com um balanço das ações de 2015.

Educação em Direitos



Consciente do seu papel de promover a educação em Direitos para a população vulnerável da Bahia, a Defensoria continuou a investir na produção editorial de cartilhas e folhetos informativos. Em 2016 foram produzidas as cartilhas sobre os direitos dos idosos e das religiões afro-brasileiras, além de folhetos com esclarecimentos para o consumidor, para o trabalhador e para as pessoas sobre saúde. A DPE/BA também produziu, em parceria com a Associação Nacional dos Defensores Públicos - Anadep, a cartilha destinada aos conselheiros tutelares e



foi responsável pela edição digital de notas técnicas de execução penal da comissão temática do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais - Condege. Estas cartilhas servem de apoio à sua principal cartilha, a institucional, em quadrinhos, que apresenta todas as áreas de atuação da Defensoria.

Ações de TI para modernização

Planejar a Defensoria Pública do Estado da Bahia para os próximos 10 anos envolve também pensar na estruturação e na atualização de equipamentos, softwares e hardwares. Esse processo de modernização é uma das 20 iniciativas prioritárias definidas no Plano Estratégico que a instituição já vem adotando para os próximos dez anos.

Ações como a melhoria da velocidade da internet na capital e no interior do Estado, por exemplo, e a implantação da nova versão do Sistema Integrado de Gestão de Atendimento – SIGAD, com melhor layout e armazenamento de dados, foram algumas das medidas já adotadas e que, dia a dia, ensejam um melhor atendimento da Defensoria Pública ao cidadão baiano.

Videoconferência reúne sedes na capital e interior



Primeira videoconferência aconteceu em 15 de dezembro

Em dezembro de 2016 foi inaugurado o sistema de videoconferência da Defensoria Pública, que permite a realização de reuniões virtuais a partir das seis, além da Esdep e da sede administrativa em Salvador. A primeira ocorreu em dezembro, a partir da sede da 5ª Regional, em Juazeiro, com a presença do defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macedo no município, em reunião com defensores públicos que estavam na sede em Salvador, Esdep e demais regionais.

Trata-se de instrumento que será utilizado para capacitação dos defensores públicos e também para aproximar as unidades da DPE em todo o Estado. A Regional de Juazeiro, por exemplo, poderá realizar videoconferência diretamente com a Regional de Ilhéus, bastando uma conexão ativa de internet.

As transmissões podem ser acompanhadas por meio de computador, notebook, tablet e smartphones através do link live.defensoria.ba.def.br. De acordo com o coordenador de Modernização e Informática, Thales Nascimento, esse é um sistema dedicado, com aparelhos específicos, para realização de videoconferências com qualidade de vídeo HD. No futuro, ainda segundo Thales, a expectativa é que as videoconferências também possam ser realizadas por meio de smartphones.

“É a primeira Defensoria Pública do Brasil que tem um equipamento de videoconferência dessa qualidade. É a primeira do sistema de justiça da Bahia que tem um sistema de videoconferência dessa qualidade, então é um marco histórico para toda a Defensoria da Bahia”, comemorou o defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macêdo.

Implantação da folha de pagamento

A Defensoria Pública baiana deu mais um passo importante para o exercício pleno das disposições constitucionais referentes à instituição: em agosto de 2016 passou a rodar a própria folha de pagamento, reafirmando a sua autonomia institucional e se fortalecendo cada vez mais. Pela primeira vez, após 30 anos de história, os contracheques dos defensores públicos,

servidores e estagiários puderam ser acessados a partir do site institucional. O processo de elaboração da folha de pagamento foi iniciado em setembro de 2015 e passou por diversas fases: término da licitação, treinamento dos servidores, além de realização de um trabalho intenso do setor de Pessoal, setor de Modernização e Informática e da Diretoria Geral da DPE/BA.

		Orgão: DEFENSORIA PUBLICA DA BAHIA	Folha: MENSAL - 2016/08			
		Endereço: Avenida Ulisses Guimarães				
		CNPJ: 07.770.505/0001-14				
Matrícula	Nome	Cargo/Função				
855804075		CARGO INICIAL				
ID	CPI	PTS	Banco/Agência/Conta Corrente	Tipo Vínculo	Centro de Custo	Admissão
003756				07 - Servidor Público Não Efetivo-Legislação Especial	1.4.1	02/03/2015
Código	Descrição	Referência	Base	Vantagens(R\$)	Descontos(R\$)	

Audora

A Defensoria Pública do Estado da Bahia - DPE/BA passou a contar com um sistema eletrônico para gestão de processos internos (administrativos) e externos (judiciais) por meio de Termo de Cooperação assinado com a Defensoria Pública de Alagoas. Com o novo sistema, todos os processos administrativos físicos na Defensoria baiana passarão a ser digitais - o que, além de trazer mais eficácia e eficiência, reduzirá também gasto com insumos como papel, toner para impressão e capas de processos.



Sistemas

Defensores públicos já podem, desde outubro de 2016, utilizar o Sistema de Cálculo de Dívida de Pensão Alimentícia - SIPA para calcular de modo rápido e simples a dívida de alimentos, baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. O mecanismo foi compartilhado pela Defensoria Pública do Ceará para a Defensoria baiana por meio de Termo de Cooperação Técnica. O sistema será integrado ao SIGAD através de novos módulos, garantindo uniformidade no registro dos atendimentos e consultas.



Aplicativo para sistema IOS



Após lançar aplicativo móvel para o sistema operacional Android em dezembro de 2015, a Defensoria Pública ampliou a versão do seu app para o sistema operacional IOS. A instituição baiana é a primeira das Defensorias a disponibilizar o aplicativo para aparelhos da marca Apple. Desde maio de 2016, cidadãos que usam celulares e tabletes com o sistema IOS também puderam ter acesso às informações da Instituição, como áreas de atuação e documentos exigidos para cada tipo de atendimento. Informações estas, que representam 80% do conteúdo, que podem ser acessados sem conexão com a internet por meio do próprio aplicativo.

Transmissões ao vivo



Pela primeira vez, no dia 05 de dezembro de 2016, a Defensoria baiana transmitiu a sessão do Conselho Superior ao vivo por meio de plataforma online própria. O novo sistema *live.defensoria.ba.def.br* permite a utilização de imagem de alta definição, qualidade digital, mais recursos de filmagem, como zoom e movimentos de câmera para exibição das atividades defensoriais. A previsão é que cursos promovidos pela Escola Superior também sejam transmitidos pela plataforma. Antes, também em 2016, as sessões do Conselho Superior estavam sendo transmitidas ao vivo pelo Canal da Defensoria no YouTube, assim como os cursos da Esdep.

Veja o que já fizemos para o nosso processo de modernização:

- ✓ Implantação da folha de pagamento
- ✓ Alteração do domínio “.gov” para o “.def”;
- ✓ Melhoria do link de internet nas unidades da capital e interior
- ✓ Contratação de empresa para desenvolvimento do Portal da Defensoria
- ✓ Implantação do Sistema de Cálculo de Dívida de Pensão Alimentícia - SIPA, através de termo de cooperação técnica com a DPE/Ceará
- ✓ Aquisição dos monitores de 24 polegadas para uso dos defensores públicos
- ✓ Desenvolvimento do aplicativo para o sistema IOS
- ✓ Aquisição do sistema de videoconferência para capital (Conselho Superior e ESDEP) e para as seis regionais
- ✓ Transmissão das sessões do Conselho Superior e cursos da Esdep pelo YouTube
- ✓ Sistema Audora
- ✓ Sistema de Acompanhamento de Crianças e Adolescentes Acolhidos - SACADA

Atendimentos à população vulnerável aumentam 30% em 2016



Considerando os últimos três anos o crescimento foi de quase 60%

Apesar de não ter aumentado o número de defensores e servidores em 2016, a Defensoria Pública se prontificou em atender à população com maior vulnerabilidade social. O aumento no número de atendimentos, comparado a 2015, foi de 30,55%. “Quando o governador perguntou se com a crise econômica aumentou a procura pela Defensoria, eu respondi que sim, que é a primeira instituição que a população procura”, disse o defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macêdo, acrescentando que anos difíceis vêm pela frente, mas que as dificuldades farão com que a Defensoria se reinvente e busque forças “para fazer diferente, fazer melhor e com mais efetividade para o cidadão, que é o que nos move”.

Um crescimento de quase 60% no número de atendimentos também pode ser notado ao longo dos últimos três anos. Em 2013, cerca de 630 mil cidadãos tiveram acesso à assistência jurídica prestada pela instituição baiana. Já em 2016, foram mais de 1 milhão de atendimentos por todo o Estado. Esse aumento, para o defensor geral, Clériston de Macêdo, reflete o trabalho da Defensoria Pública com as ações itinerantes na capital e no interior; com a reabertura de novas

comarcas, e com a posse dos 13 defensores públicos em meados de 2015, que passaram também a atuar no interior da Bahia.

Outra característica dos atendimentos prestados pela Defensoria baiana é que boa parte das demandas solucionadas são extrajudicialmente. No primeiro semestre, por exemplo, 59% das resoluções de litígio aconteceram sem a necessidade de ingresso de ação na Justiça. Possibilitar essa solução de conflitos por meios extrajudiciais é papel da Defensoria Pública e representa também diminuição das despesas do Estado. Na área de saúde, em 2015, a Defensoria Pública da Bahia resolveu de forma extrajudicial 81% das suas demandas por consultas médicas. Caso essas consultas fossem garantidas ao cidadão por meio da Justiça, isso representaria o custo de 200 reais por atendimento aos cofres do Estado.

Para 2017, a expectativa é que os números aumentem com a Unidade Móvel de Atendimento levando a assistência jurídica gratuita à população em comarcas onde ainda não há defensor público ou a bairros distantes das unidades físicas da instituição. É a Defensoria Pública cada vez mais perto do cidadão baiano!

Total de atendimentos

	2013	2014	2015	2016
SALVADOR	322.116	347.639	463.844	526.272
RMS E INTERIOR	307.559	309.552	305.304	477.855
TOTAL	629.675	657.191	769.148	1.004.127

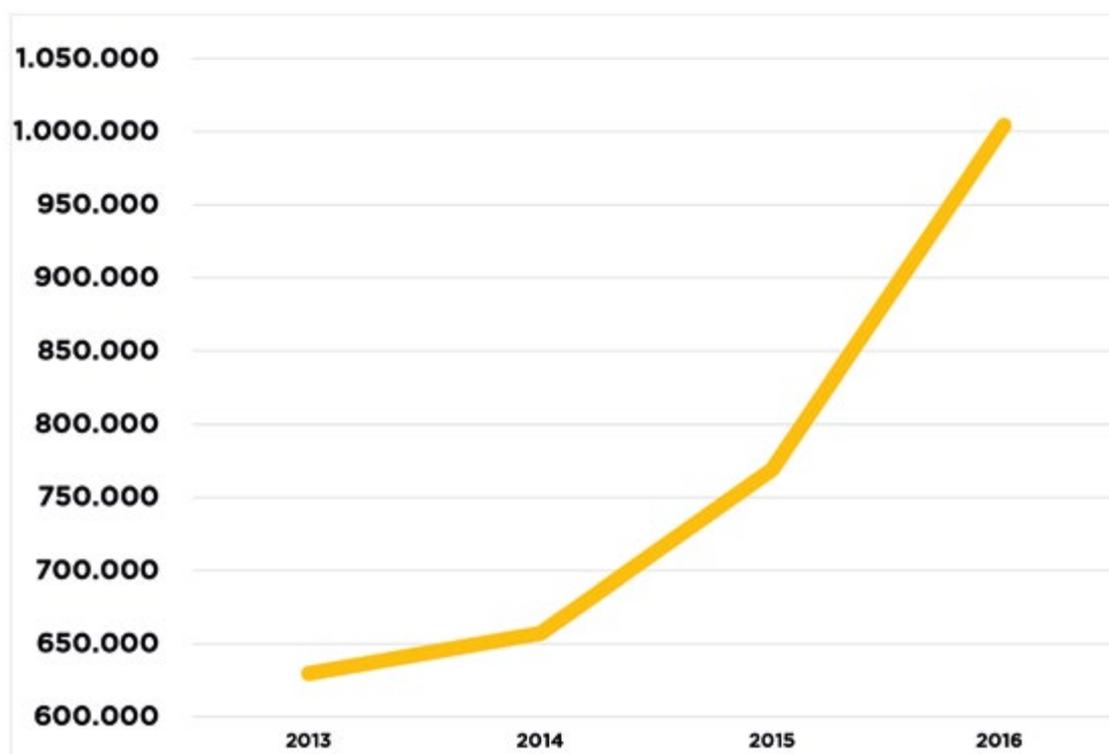
Fonte: Corregedoria Geral (CGD/Relatórios de defensores públicos e atendimentos da Central de Atendimento para o Cidadão - CRC)

O percentual de crescimento nos atendimentos de 2014 para 2015 foi de 17,03%

O percentual de crescimento nos atendimentos de 2015 para 2016 foi de 30,55%

OBS.: Os dados apresentados se referem aos atendimentos e atos defensoriais extraídos pela CGD dos relatórios dos defensores públicos e dos atendimentos realizados pela CRC, também registrados nos relatórios da CGD. Não incluem o desempenho da CGD (fiscalizações, sindicâncias e estágio probatório), Ouvidoria (atendimentos simplificados, ordinários e diferenciados), ESDEP (eventos de capacitação/ defensor, servidor e estagiário capacitado).

Evolução número de atendimentos





Reuniões de Análise Estratégica monitoram avanços dos projetos

Planejamento estratégico avança com iniciativas prioritárias

Como será o amanhã? Como atuaremos? A Defensoria Pública do Estado da Bahia - DPE/BA está planejando estrategicamente sua atuação para os próximos 10 anos. Em setembro de 2016 foi lançado o primeiro produto: o livro Plano Estratégico 2016-2026 da instituição.

Nos últimos três meses de 2016 foram realizadas cinco Reuniões de Análise Estratégica - RAE, onde projetos que integram as 20 iniciativas prioritárias estão sendo monitorados pelos respectivos gerentes e grupos de controle.

De acordo com o defensor público geral do Estado, Clériston Cavalcante de Macêdo, a partir do Plano Estratégico o papel da Defensoria Pública deixa de ser meramente de assistência jurídica e passa a ser desencadeador de uma cidadania emancipatória.

Coordenador do Planejamento Estratégico, o subdefensor geral do Estado, Rafson Saraiva Ximenes, alerta para a necessidade de todos os defensores e servidores se verem neles: “Cada pedido deve ser pensado dentro desta representação e desse guia. Isso não é um mapa de gestão. É um mapa de instituição. É política de Estado e não de governo”.

Otimizar o atendimento ao cidadão é o objetivo específico central da Defensoria baiana no mapa estratégico. Além do foco no atendimento ao cidadão, outros objetivos específicos são promover ações de inclusão social, interiorizar a gestão da Defensoria Pública e adequar o quadro de pessoal à missão institucional. A Defensoria Pública utiliza o método Grumbach.



Opinião

“Para nós, hoje é um dia de celebração, um dia de festa. É um dia de ficarmos de pé e com orgulho dessa instituição. Que esse momento sirva para inspirar a própria Seplan, a Saeb - [Secretaria de Administração do Estado], a Secretaria da Fazenda e o nosso governador para termos muito mais força e

fazermos o primeiro concurso de servidores dessa instituição (...), porque são esses servidores e servidoras que sedimentarão uma cultura institucional para podermos efetivamente implementar o plano estratégico”

Vilma Reis, ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia

Mapa Estratégico



MISSÃO

Defender os direitos individuais e coletivos dos necessitados e vulneráveis, de forma integral e gratuita, a fim de contribuir para a garantia da dignidade das pessoas.

VISÃO

Ser referência nacional na defesa dos direitos individuais e coletivos dos vulneráveis.

SOCIEDADE

- 1.1 Contribuir para o acesso à Justiça
- 1.2 Contribuir para a inclusão social
- 1.3 Contribuir para a garantia de dignidade das pessoas

PROCESSOS INTERNOS

- 2.1 Prover infraestrutura adequada à Defensoria
- 2.2 Modernizar a gestão da Defensoria Pública
- 2.3 Aprimorar a comunicação institucional
- 2.4 Interiorizar a Defensoria Pública
- 2.5 Aperfeiçoar o Controle Interno
- 2.6 Otimizar o atendimento ao cidadão
- 2.7 Promover soluções extrajudiciais
- 2.8 Ampliar a efetividade da atuação judicial
- 2.9 Promover ações de inclusão social

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- 3.1 Adequar o quadro de pessoal à missão institucional
- 3.2 Aprimorar a capacitação e a atuação funcional
- 3.3 Promover a motivação
- 3.4 Aprimorar a gestão do conhecimento

FINANCEIRA

- 4.1 Atuar juntos aos Poderes Executivo e Legislativo para obtenção de recursos orçamentários
- 4.2 Obter recursos extraorçamentários
- 4.3 Assegurar a aplicação racional, responsável e efetiva dos recursos orçamentários/financeiros disponibilizados

INICIATIVAS PRIORITÁRIAS

Projeto de adequação da DPE/BA ao modelo de solução extrajudicial de conflitos

Estudo para implantação de núcleo interdisciplinar para atuação extrajudicial

Projetos para aprimoramento do acesso às informações institucionais

Estudo para a implementação de núcleo interdisciplinar para atuação judicial

Programa voltado à educação em direitos

Programa de comunicação institucional

Programa para o combate à violência contra jovens negros e pobres (NAVI DH)

Projeto de melhoria do atendimento

Programa de obtenção de recursos extra orçamentários

Projeto de Defensoria Pública Itinerante

Elaborar e implementar um novo modelo de atuação institucional

Projeto de ampliação da atuação defensorial no interior

Programa de provisão e recomposição de cargos e funções

Projeto de mapeamento e otimização de processos

Programa de manutenção planejada

Programa de adequação da infraestrutura predial

Programa de obtenção de equipamentos, hardware e software

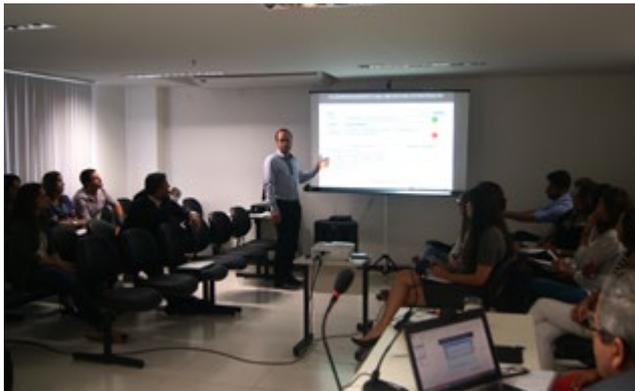
Programa de adequação de frota

Programa de manutenção e atualização de softwares e hardwares

Programa de capacitação continuada



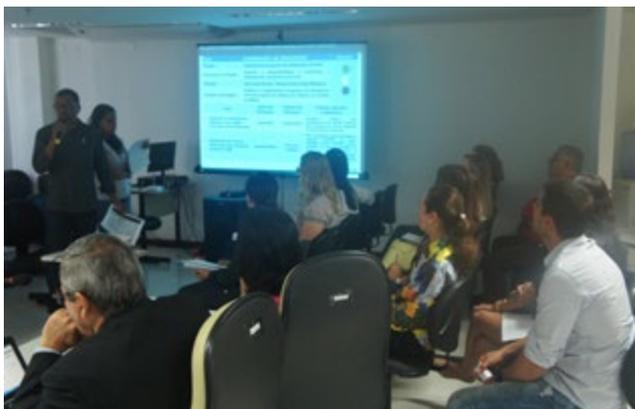
Reunião de Análise Estratégica



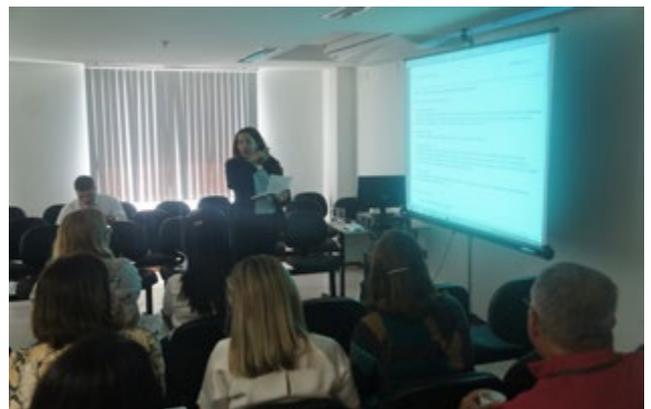
Apresentação de Programa de Obtenção de Equipamentos, Hardware e Software



Apresentação do Programa de Obtenção de Recursos Extra Orçamentários



Apresentação de Programa de Adequação de Frota



Apresentação do Projeto de Melhoria de Atendimento

TCE reconhece que Defensoria não está no limite do Executivo



O ano de 2016 foi positivo, consolidando o esforço desenvolvido pela Administração Superior da Defensoria Pública no sentido de cristalizar a autonomia da Instituição. Em dezembro, o Tribunal de Contas do Estado decidiu, por unanimidade, em resposta à consulta formulada pelo defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macêdo, que a Lei de Responsabilidade Fiscal não poderia incluir a Defensoria Pública no limite prudencial do Poder Executivo.

Algumas decisões, além da implantação da própria Folha de Pagamento, contribuíram para afastar a imagem de que a DPE seria parte do Poder Executivo ou do Poder Judiciário. O site e os e-mails funcionais deixaram de possuir o endereço “gov” referente a “governo” e passaram a ser “def”, referente a Defensoria. As suspensões de expedientes em decorrência de feriados começaram a ser realmente determinadas pela instituição. Também foi promovida uma política sólida de inauguração de sedes para reduzir cada vez mais o trabalho nas dependências do Poder Judiciário.

“Resolveram os Exmos. Srs. Conselheiros, à unanimidade, conhecer da Consulta formulada pelo Defensor Público Geral do Estado da Bahia, Dr. Clériston Cavalcante de Macêdo, com o oferecimento, por maioria de votos, da seguinte resposta: “Com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Defensoria Pública Estadual foi erigida à condição de órgão constitucionalmente autônomo, não se sujeitando, face à autonomia administrativa, funcional e orçamentário-financeira que lhe foi outorgada pelo art. 134, § 2º, da Constituição Federal, ao limite específico de despesa com pessoal fixado para o Poder Executivo, no art. 20, inciso II, alínea “c”, da LRF, nem às restrições e medidas de redução de despesas desta natureza, aplicáveis ao referido Poder na eventual hipótese de extrapolação das balizas legalmente previstas (arts. 22, parágrafo único, e 23 da LRF).”

Processo TCE/004639/2016

EXPEDIENTE

Defensoria Pública Geral

Clériston Cavalcante de Macêdo

Subdefensoria Pública Geral

Rafson Saraiva Ximenes

Corregedoria-Geral

Maria Auxiliadora Teixeira

Corregedoria-adjunta

Josenilda Ferreira

Coordenação Executiva das Defensorias Especializadas

Gianna Gerbasi Sampaio Almeida de Morais

Coordenação Executiva das Defensorias Regionais

Walter Nunes Fonseca Júnior

Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia

Firmiane Venâncio

Ouvidoria-Geral

Vilma Reis

Assessoria do Gabinete da Defensoria Pública Geral

Cristina Ulm

Janaína Canário

Pedro Paulo Bahia

Soraia Ramos

Diretoria-Geral

Gilda Maria Filgueiras Gordilho

DP Especializada de Família

Donila de Sá Fonseca

DP Especializada da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Maria Carmen Albuquerque Novaes

DP Especializada do Idoso

Laise de Carvalho Leite

DP Especializada Cível e de Fazenda Pública

Roberta Mafra/Gil Braga

DP Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante

Eva Rodrigues

DP Especializada Criminal e de Execução Penal

Maurício Saporito

DP Especializada da Curadoria Especial

Mônica Paula Oliveira Pires de Aragão

1ª DP Regional – Feira de Santana

Marcelo Santana Rocha

2ª DP Regional – Vitória da Conquista

Lúdio Rodrigues Bonfim

3ª DP Regional – Ilhéus

Fabianne de Oliveira Souza

Cristiane da Silva Barreto

4ª DP Regional – Itabuna

George Santos Araújo

5ª DP Regional – Juazeiro

Weslei Amicés Marques Pedreira

6ª DP Regional – Santo Antônio de Jesus

Márcio Márcilio de Eça Santos

CONSELHO SUPERIOR

Biênio 2015/2017

Membros Natos

Clériston Cavalcante de Macêdo

Rafson Saraiva Ximenes

Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira

Vilma Maria dos Santos Reis - Ouvidoria

Ariana Sousa (até nov/2016) e João Gavazza (a partir de nov/2016)- Presidente da Adep

Membros Eleitos

Cynara Peixoto Fernandes Isensee

Daniel Nicory do Prado

Deliene Martins de Carvalho

Hélia Maria Amorim Santos Barbosa

Marcelo dos Santos Rodrigues

Rosane de Melo Assunção

Membros Suplentes

Alex Raposo dos Santos

Bethânia Ferreira de Souza

Iracema Érica Ribeiro Oliveira

José Renato Bernardes da Costa

Nelson Alves Côrtes Neto

Virdálio de Senna Neto

Editoração - Josué Dias e Roque Ivenne

Jornalista Responsável - Vanda Amorim DRT/PE 1339

Textos e Revisão- Luana Rios DRT/BA 4867, Luciana Costa DRT/BA 4091, Rachel Koerich DRT/BA 4820 e Vanda Amorim

Fotos - Equipe Ascom/ Secom Bahia/ STF - Capa - Alessandra Lori

Projeto Gráfico - SLA Propaganda

Impressão - Gráfica Contraste

Tiragem - 1.500 exemplares

Ascom/DPE - (71) 3117-9086/9087/9090

WhatsApp - (71) 99941-4495

E-mail - ascom@defensoria.ba.def.br



Defensoria Pública BAHIA



www.defensoria.ba.def.br